

# magistério

educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/revista-magisterio

Nº 6 – 2019

PUBLICAÇÃO DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DA SME PARA OS EDUCADORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

## CECI 15 ANOS

**Luta e resistência para autonomia e fortalecimento da cultura e da infância Guarani**

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
**BRUNO COVAS**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO  
**BRUNO CAETANO**

SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO  
**DANIEL FUNCIA DE BONIS**

CHEFE DE GABINETE  
**PEDRO RUBEZ JEHA**

COORDENADORA PEDAGÓGICA  
**MINÉA PASCHOALETO FRATELLI**

# magistério

**PUBLICAÇÃO DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DA SME PARA  
OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO**

**CRIAÇÃO**  
**ALFREDO NASTARI**

**COORDENADORA DO CENTRO DE MULTIMEIOS**  
**MAGALY IVANOV**

**ARTE**  
**NÚCLEO DE CRIAÇÃO E ARTE | CM | COPED | SME**  
**ANA RITA DA COSTA**  
**ANGÉLICA DADARIO**  
**CASSIANA PAULA COMINATO**  
**FERNANDA GOMES PACELLI**

**PESQUISA ICONOGRÁFICA**  
**MEMORIAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

**REVISÃO TEXTUAL**  
**ROBERTA CRISTINA TORRES DA SILVA**

**FOTO CAPA**  
**DANIEL CARVALHO**

## SUMÁRIO

CAROS EDUCADORES .....	3
EDITORIAL .....	4
ENTREVISTA: A CRIAÇÃO DO PROJETO CECI/CEII .....	6
EDUCAÇÃO INFANTIL E AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO.....	12
A INFÂNCIA DAS CRIANÇAS GUARANI: UMA PERSPECTIVA PARTICIPATIVA E INCLUSIVA .....	18
SONHOS E POESIAS .....	24
CECI: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA DE UMA CULTURA.....	28
RELATO DE PRÁTICA: O TRABALHO COM OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS .....	34
PLANO DE AÇÃO: AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DAS DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO CAPELA DO SOCORRO E PIRITUBA/ JARAGUÁ PARA O FUNCIONAMENTO DOS CEIIS/ CECIS .....	41
O GUARANI NAS ONDAS DO RÁDIO.....	46
ACONTECEU NA REDE .....	50



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo recorre a diversos meios para localizar os detentores de direitos autorais a fim de solicitar autorização para publicação de conteúdo intelectual de terceiros, de forma a cumprir a legislação vigente. Caso tenha ocorrido equívoco ou inadequação na atribuição de autoria de alguma obra citada neste documento, a SME se compromete a publicar as devidas alterações tão logo seja possível.

Disponível também em: <educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Magistério / Secretaria Municipal de Educação. n. 6 – São Paulo : SME / COPED, 2019.

ISSN 2358-6532

1.Educação indígena 2.Centro de Educação e Cultura indígena – CECI

CDD 371.83

# Caros Educadores

*Admiração e Respeito* são palavras essenciais para expressar todo empenho das pessoas que estiveram desde 2002 trabalhando para a concretização de um ideal, a construção de um espaço educacional essencialmente indígena, como forma de reafirmar, evidenciar e fortalecer a Cultura Guarani Mbya, por meio dos Centros de Educação e Cultura Indígena – CECIs.

Os CECIs celebram 15 anos e esta Edição Especial da Revista Magistério tem a honra e o compromisso de legitimar a importância desses espaços representativos para as aldeias Krukutu, Tenondé Porã e Jaraguá, bem como para a Cidade de São Paulo. Acreditamos que o empenho da Secretaria Municipal de Educação em aprimorar a oferta da Educação Infantil que é oferecida nos Centros de Educação Infantil Indígena - CEIIs, para os bebês e crianças indígenas, seja a materialização do reconhecimento dos princípios expressos em nossos documentos curriculares.

Os textos que compõem esta revista foram elaborados a partir dos encontros e diálogos com as lideranças indígenas e das indicações dos autores que também participam dessa edição.

Desejamos que os leitores possam se alimentar das informações sobre os aspectos da Cultura Guarani aqui apresentados e, mais que isso, que possam gerar oportunidades de desdobramentos de discussões contextualizadas e aprofundadas no interior das Unidades Educacionais, aprimorando seus respectivos Projetos Político-Pedagógicos.

**Bruno Caetano**

*Secretário Municipal de Educação de São Paulo*

# Editorial

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>1</sup>, até dezembro de 2010 registram-se cerca de 305 povos indígenas no Brasil, falantes de 274 línguas diferentes, totalizando quase 898,9 mil pessoas. Os Guarani são considerados o maior povo indígena do Brasil, com cerca de 51 mil pessoas. Possuem parentes próximos em todo o Cone Sul Americano, notadamente Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Atualmente, na Cidade de São Paulo, existem três aldeias Guarani e outras em formação. Duas estão localizadas no distrito de Parelheiros e uma no distrito do Jaraguá. Segundo as lideranças, as três aldeias Guarani na Cidade de São Paulo trazem os seguintes dados:

**Aldeia Tenondé Porã** - Distrito de Parelheiros - com uma população de aproximadamente 954 indígenas.

**Aldeia Krukutu** - Distrito de Parelheiros - aproximadamente 291 indígenas.

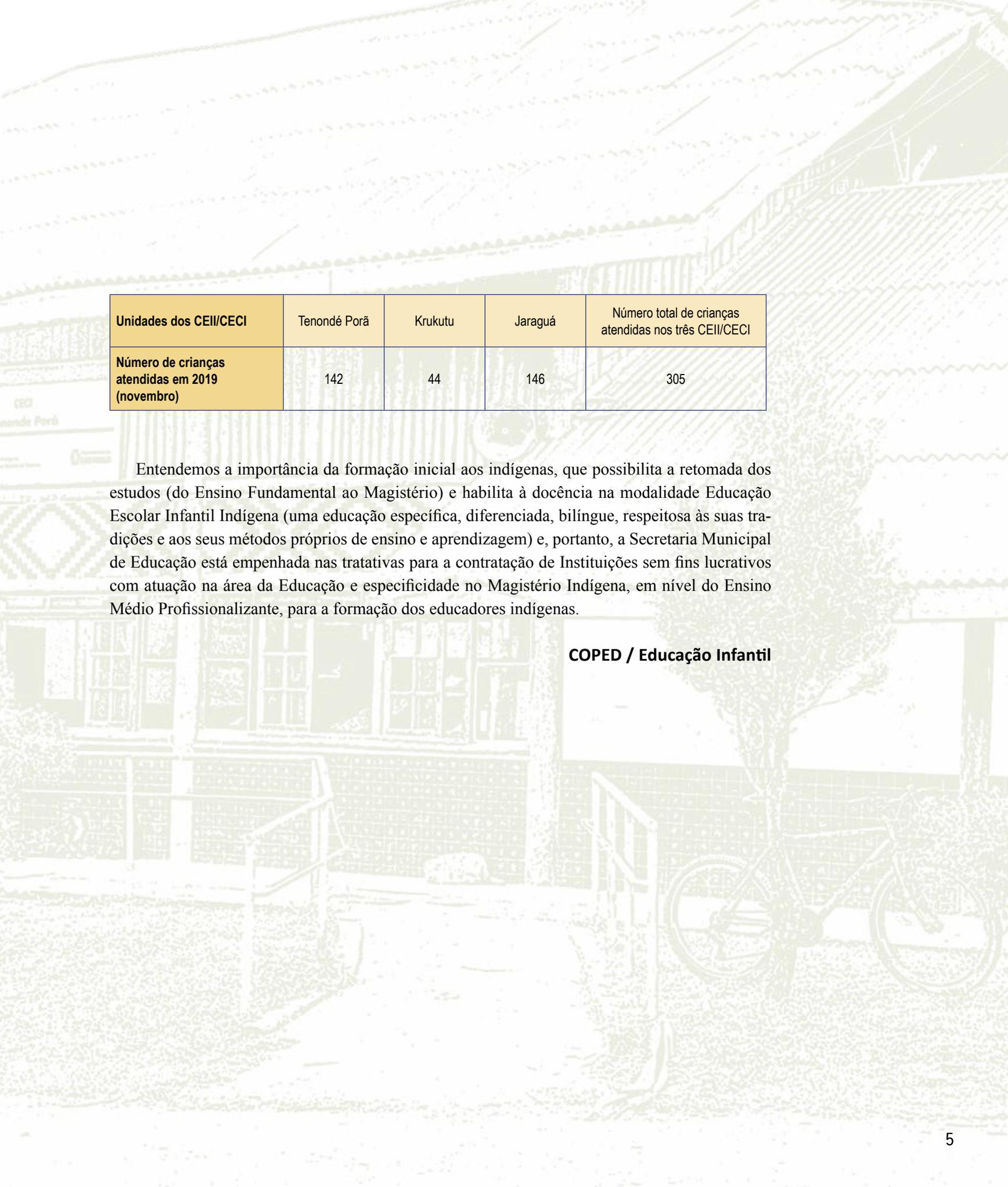
**Aldeia Jaraguá** - Distrito do Jaraguá - aproximadamente 650 indígenas.

A criação dos três CECIs de nossa cidade foi resultado do empenho para a concretização de um projeto entre os representantes indígenas e demais secretarias municipais, com o objetivo de promover a preservação e a divulgação da cultura indígena.

Os CEIIs, vinculados aos CECIs, são unidades de Educação Infantil voltadas ao atendimento de crianças indígenas Guarani Mbya, na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, e surgiram da necessidade de ampliar o projeto inicial para o atendimento as crianças. A Educação Escolar Indígena no Brasil vem sendo ampliada a partir de políticas públicas orientadas ao Ensino Fundamental, por meio da formação inicial de educadores para a atuação nas escolas indígenas. Entretanto, a Educação Escolar Indígena no campo da Educação Infantil foi uma ação pioneira da Secretaria Municipal de Educação - SME. Conforme levantamento feito com os representantes dos três CECIs, em 4 de maio de 2019, o número de crianças de zero a cinco anos e onze meses matriculadas nos CEIIs/CECIs somam:

---

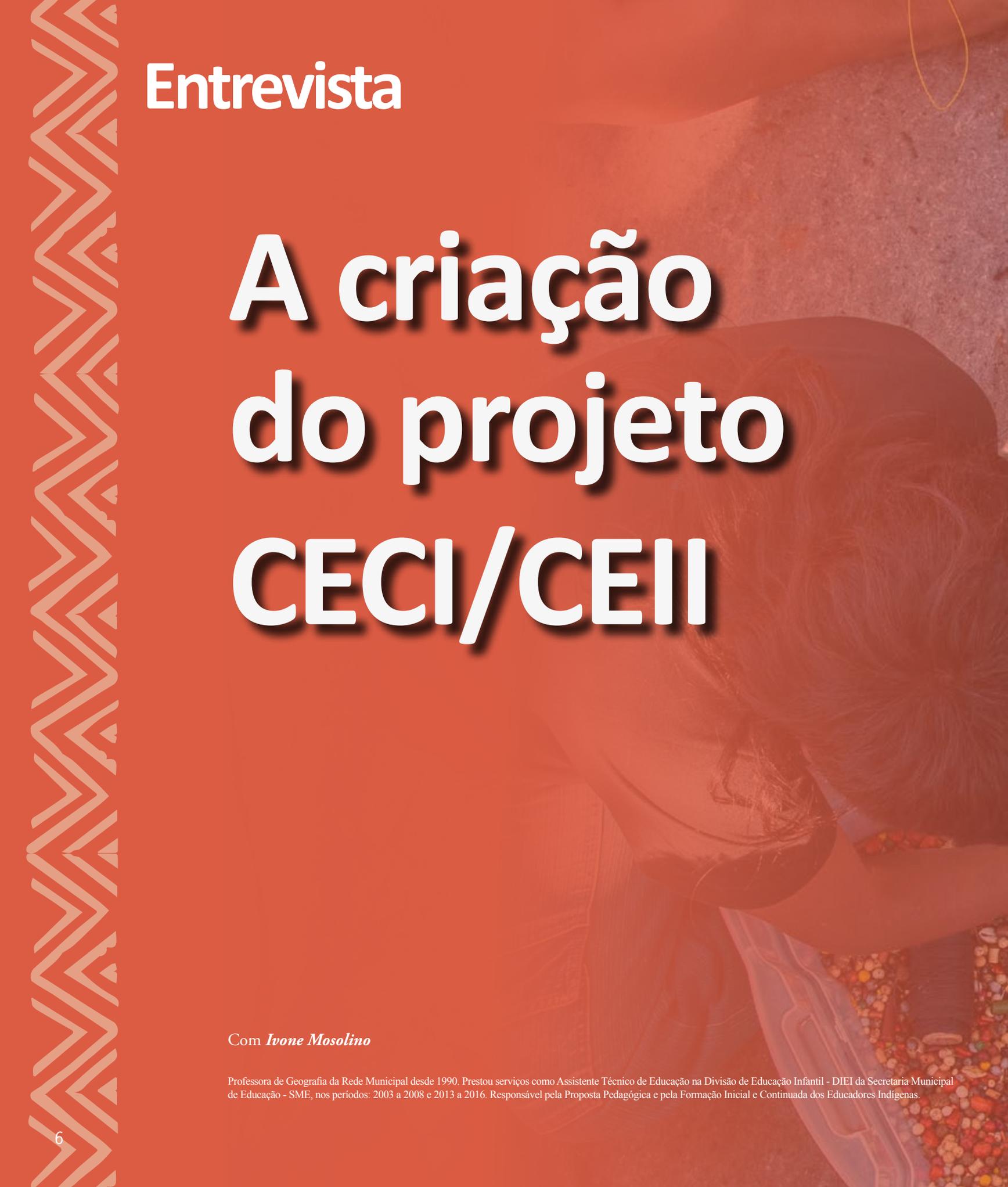
<sup>1</sup> Existem outras fontes com outros números devido à complexidade da situação indígena no país.



Unidades dos CEII/CECI	Tenondé Porã	Krukutu	Jaraguá	Número total de crianças atendidas nos três CEII/CECI
Número de crianças atendidas em 2019 (novembro)	142	44	146	305

Entendemos a importância da formação inicial aos indígenas, que possibilita a retomada dos estudos (do Ensino Fundamental ao Magistério) e habilita à docência na modalidade Educação Escolar Infantil Indígena (uma educação específica, diferenciada, bilíngue, respeitosa às suas tradições e aos seus métodos próprios de ensino e aprendizagem) e, portanto, a Secretaria Municipal de Educação está empenhada nas tratativas para a contratação de Instituições sem fins lucrativos com atuação na área da Educação e especificidade no Magistério Indígena, em nível do Ensino Médio Profissionalizante, para a formação dos educadores indígenas.

#### **COPEP / Educação Infantil**



# Entrevista

# A criação do projeto CECI/CEII

Com *Ivone Mosolino*

Professora de Geografia da Rede Municipal desde 1990. Prestou serviços como Assistente Técnico de Educação na Divisão de Educação Infantil - DIEI da Secretaria Municipal de Educação - SME, nos períodos: 2003 a 2008 e 2013 a 2016. Responsável pela Proposta Pedagógica e pela Formação Inicial e Continuada dos Educadores Indígenas.



## Como foi a criação do CECI na Cidade de São Paulo

A criação do CECI foi possível a partir da Constituição de 1988 e seus desdobramentos. A Carta Magna do nosso país inovou e assegurou o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilingue, e, a partir daí, vieram outras legislações: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, o Plano Nacional de Educação Indígena, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Escola Indígena de 2001. Também, não menos importante, ocorreu o processo de redemocratização do nosso país e da Cidade de São Paulo. Neste contexto, nasceu o CECI nos territórios Guarani: Tenondé Porã, Krukutu, localizados em Parelheiros, no extremo sul; e o Jaraguá - Tekoa Pyaú, na região noroeste da cidade.

Em 2001, nasceu um dos principais projetos da SME: o Centro Educacional Unificado - CEU, com a proposta de inclusão social no âmbito da educação. Em 2002, lideranças indígenas (Marcos Tupã, Olívio Jekupê e outros) procuraram a SME e iniciaram as conversas com interlocutores, liderados por Maria Nilda Teixeira. Inicialmente, o desejo era a construção de um Centro Cultural Guarani, no entanto, as negociações evoluíram para Unidades Escolares, como chamavam, à época, o “CEU Indígena”. De acordo com a existência de Escolas Estaduais de Ensino Fundamental nas aldeias, coube ao município a modalidade de Educação Infantil, inaugurando o Centro de Educação Infantil Indígena - CEII vinculado ao CECI. O CEII atende crianças pequenas de 0 a 5 anos e 11 meses, sendo que bebês de 0 a 2 anos são acompanhados por suas mães em ações conjuntas. O CECI atende crianças e jovens da comunidade no contraturno das aulas do Ensino Fundamental.

De acordo com os indígenas, o fato de as aldeias na Cidade de São Paulo esta-

rem cercadas pelos centros urbanos e ocuparem um espaço físico muito reduzido fez com que eles se deparassem com obstáculos na manutenção de suas tradições e de seus meios de sobrevivência no espaço natural, tais como: a caça, a pesca e a agricultura, comprometendo assim a qualidade de vida e ameaçando a segurança alimentar dessa população.

Uma grande preocupação dos mais velhos - sábios das aldeias - é a constatação de que as crianças e adolescentes indígenas têm cada vez mais contato com a cultura não indígena, principalmente por meio da intensa influência dos meios de comunicação: rádio, TV, internet, celular, etc., bem como o assédio de religiões com objetivos catequéticos; o uso crescente da língua portuguesa; a adoção de hábitos diferentes aos costumes Guarani, revelando-se uma ameaça aos seus costumes e tradições. Diante deste quadro, o CECI nasce com vistas a promover ações adequadas para o reavivamento dos costumes e valores de seus antepassados, fazendo com que a tradição e cultura Guarani seja fortalecida e valorizada.

### Quais os objetivos do CECI?

O povo Guarani tem como finalidade potencializar sua identidade étnica e cultural, a riqueza de pensamentos e seu modo de ser e de viver Guarani. Preservando sua língua, a cultura oral, a religião e as formas de organização social e política que herdaram dos seus antepassados.

Diante disso, foram acordados em parceria com a comunidade Guarani os seguintes objetivos:

- Reafirmar e fortalecer a identidade étnica presente no modo de ser e de viver Guarani (nhanderekó), principalmente no que se refere à educação das crianças;
- Estimular e valorizar o uso da língua materna e suas formas próprias de construção do conhecimento;



- Fortalecer as formas de transmissão da cultura oral;
- Valorizar brincadeiras, jogos, cantos e danças tradicionais (Xondaro e Tangará);
- Valorizar o saber e o conhecimento dos mais velhos, sábios (xeramõi);
- Recuperar, divulgar e preservar as histórias, conhecimentos e tradições orais;
- Constituir um espaço para diálogos, conversas sobre as atividades tradicionais (roça, pesca, construção de casa, culinária, artesanato e ka'aguy - mata);
- Fortalecer a educação tradicional Guarani;
- Despertar o conhecimento sobre outros povos indígenas;
- Divulgar, informar sobre a realidade e cultura Guarani para os juruás - não indígenas;
- Promover o diálogo entre a cultura indígena e a sociedade envolvente na perspectiva intercultural;
- Garantir aos indígenas Guarani o acesso às informações das sociedades indígenas e não indígenas e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, possibilitando a defesa da sua própria cultura no mundo contemporâneo.

### **Como funciona e como é a organização do CECI?**

Como povo possuidor de cultura milenar, os Guarani fundamentam sua caracterização nas mais antigas tradições. Com relação ao que chamamos de Educação Infantil Indígena, destaca-se a inigualável atenção, o extremo carinho, a singular paciência com que a criança Guarani é tratada. A educação não fica retida nas mãos de poucos, mas é uma responsabilidade de todos da aldeia em cuidar e educar.





Foto: Mariana Mantovani - FOVE - CM - COPED - SME

A educação não é restrita às salas de aula, mas estendida de forma ampla, fazendo com que a teoria possa ser vivenciada, construída e transformada. Na sociedade Guarani, o conhecimento é socializado na aldeia e sua aplicação é desenvolvida na prática, no dia a dia, com a finalidade de fortalecer e valorizar a comunidade indígena. As “aulas” são ministradas na língua materna como forma de preservação da realidade sociolinguística do povo Guarani; os funcionários e educadores indígenas são da própria comunidade; a organização do calendário escolar é de acordo com a comunidade indígena e os ciclos

da natureza; assim como o currículo e os programas são específicos e tem o objetivo de reforçar sua cultura; os processos próprios de aprendizagem são desenvolvidos a partir dos seus interesses, seus hábitos, crenças, valores, etc.

Deste modo, o conhecimento é transmitido pela observação, sem a intenção explícita de ensinar, de avaliar. As crianças acompanham, diariamente, seus pais e os mais experientes nas ações cotidianas para que elas observem, compartilhem e depois pratiquem o que aprenderam. Observando algumas das brincadeiras entre as crianças Guarani, podemos entender o quanto elas já conhecem o seu próprio mundo.

São diversas ações, por exemplo: o plantio, a confecção de artesanato, a caminhada na mata, a fim de reconhecer a fauna, a flora e os diferentes aspectos da natureza. Experimentam a confecção do colar, da pulseira e outros artefatos.

Neste sentido, o CECI contribui como espaço de convivência e de diversas formas de saber, não segregando a criança do convívio social, mas incorporando a sociedade em sua educação.

### **Como se construiu a Proposta Pedagógica?**

Chegamos à SME por meio de um processo seletivo interno em maio de 2003, assim já iniciamos os encontros nas aldeias: Tenondé Porã, Krukutu e Jaraguá Ytu.

Como a construção do prédio ainda não havia iniciado, a cobrança por parte das lideranças Guarani era grande. Nossas reuniões eram realizadas na (Opy) - Casa de Reza - com a participação de todos, tendo sido muito importantes os debates entre os membros da própria comunidade e também conosco, não indígenas (juruá). Consideramos aquele momento riquíssimo, em que tentávamos entender desejos, expectativas, necessidades e anotávamos tudo o que era traduzido para a língua portuguesa.

A Proposta Pedagógica foi resultado de uma escrita coletiva, a várias mãos. Não vamos citar nomes para não cometermos o erro de esquecer algum, no entanto, podemos afirmar que todas as pessoas que participaram dos nossos encontros em 2003 e 2004 contribuíram para a escrita desse documento.

A participação da comunidade indígena Guarani na escrita foi direta e por meio de assembleias que foram realizadas juntamente com técnicos das Diretorias Regionais de Educação da Capela do Socorro e de Pirituba/Jaraguá, a partir das orientações do Conselho Municipal de Educação e também da assessoria, um grupo de antropólogos que na época foi contratado pela SME, que desenvolveu um intenso trabalho de pesquisa nas aldeias Guarani e, em novembro de 2004, apresentaram o documento intitulado: “Subsídios para elaboração de um projeto pedagógico para os Centros de Educação e Cultura Indígena no Município de São Paulo.”

Ao longo do tempo, construímos junto com os indígenas o respeito mútuo, a confiança e a parceria entre a SME e a Comunidade Guarani que se sentia representada nos documentos publicados, na Formação Continuada dos Educadores Indígenas e na Formação Inicial dos Educadores Guarani.

### **Como foi desenvolvida a formação continuada dos educadores indígenas?**

Desde a criação dos CECI/CEII, em 2004, existe a necessidade da formação inicial dos educadores indígenas, os funcionários contratados necessitam deste curso para habilitá-los ao exercício do magistério e da gestão escolar, contribuindo, assim, para o aprimoramento do trabalho pedagógico.

*"A educação não é restrita às salas de aula, mas estendida de forma ampla, fazendo com que a teoria possa ser vivenciada, construída e transformada."*

A SME e a Secretaria da Educação do Estado, em 27 de dezembro de 2005, assinaram o Termo de Cooperação Técnica - o qual estabelece a responsabilidade da SME de “promover a formação inicial e continuada dos professores indígenas”.

No entanto, só em 3 de agosto de 2016 foi publicada a contratação da Fundação de Apoio à Faculdade de Educação - FAFE/USP para promover o curso de formação inicial em serviço para 45 educadores indígenas Guarani que trabalham nos CECI/CEII, com início em agosto de 2016 e previsão de término em março de 2019. Mas, por questões jurídicas, esta ação foi interrompida em janeiro de 2017 e, segundo a SME, será retomada.

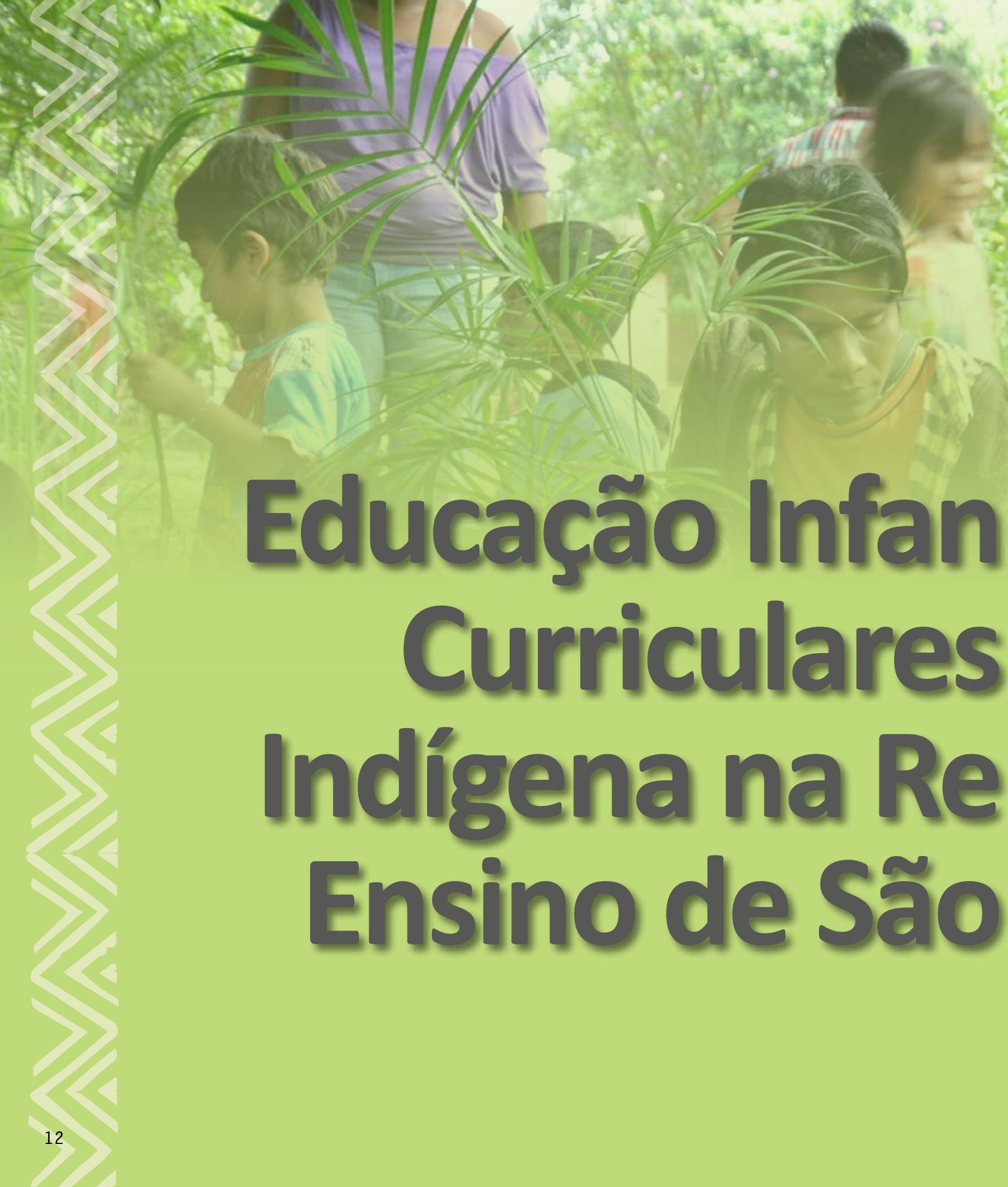
## **Considerações Finais**

*“Conhecer para respeitar”*

Todos os desafios que surgiram com a criação dos CECI/CEII foram sempre compartilhados com as lideranças indígenas, com o propósito de buscarmos soluções conjuntas para o fortalecimento do Projeto.

Acreditamos que, por meio do conhecimento, podemos promover a correta e ampla informação à população de São Paulo, do Brasil, sobre a sociedade e cultura Guarani e outras etnias indígenas, como meio de combater o desconhecimento, o desrespeito e o preconceito ainda existente. O verdadeiro conhecer para respeitar.

“Tenho gratidão pela oportunidade de ter trabalhado na SME com a comunidade Guarani Mbya da Cidade de São Paulo, sou grata pelo que aprendi e também pelo que pude contribuir, foi um privilégio construir com eles a Proposta Pedagógica do CECI, a formação inicial e continuada dos educadores indígenas. Agradeço imensamente a todas e todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização desta ação de política pública na área da Educação Escolar Indígena.” ■



# **Educação Infantil Curriculares Indígena na Re Ensino de São**

# til e as Diretrizes para Educação de Municipal de Paulo

Por *Vera Lúcia Benedito*

Doutora em Sociologia/Estudos Urbanos pela Michigan State University/EUA. Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, movimentos sociais, migração. É responsável pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo desde 2017.

Nos últimos 16 anos, a Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi alterada duas vezes, em seus artigos 26-A e 78-B.<sup>1</sup> Em 2003, a Lei nº 10.639 adotou a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis de ensino no currículo oficial de escolas públicas e privadas. Em 2008, a Lei nº 11.645 regulamentou a LDB estendendo a mesma obrigatoriedade em relação aos Povos Indígenas.

Em 2013, o Ministério da Educação, por meio do Parecer CNE/CEB nº 13/2012, publica a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. As primeiras Diretrizes foram publicadas pelo CNE/CEB nº 14/99 e a Resolução CNE/CEB nº 3/99, fixando as normas e funcionamento das escolas indígenas dentro do contexto da Educação Básica.

Esse processo de quase 20 anos é resultado do protagonismo de educadores e representantes indígenas na busca pela construção de uma relação respeitosa para com o Estado brasileiro, mas também pela justiça social contra os preconceitos e discriminações atribuídas ao “índio” - destituindo-o de história - e pelo reconhecimento dos povos indígenas como portadores de saberes e participantes na construção e desenvolvimento do país.

Neste sentido, é importante salientar que, desde 2002, o Conselho Nacional de Educação sempre contou com a representação de conselheiros indígenas, e desde 2010 até o presente, a educadora Rita Gomes do Nascimento (Etnia Pankararu de Pernambuco) é relatora das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena no país.

Entre os princípios fundamentais das Diretrizes destacam-se: a) “ampliação do diálogo intercultural entre o Estado Brasileiro e os povos indígenas” (BRASIL, 2013, p. 375) e b) assegurar o direito à educação diferenciada garantida pela Constituição de 1988, tendo por base o “não apagamento das diferenças culturais” em contraponto à “tradição assimilacionista e integracionista de experiências escolares do passado”.

O contexto da educação diferenciada é particularmente relevante porque parte-se do princípio da afirmação identitária e das especificidades culturais de cada povo, priorizando: “a) o direito à escolarização nas próprias línguas; b) a valorização dos processos próprios de aprendizagem; c) a formação de professores da própria comunidade; d) a produção de materiais didáticos específicos; e) a valorização dos saberes e práticas tradicionais; f) a autonomia pedagógica” (BRASIL, 2013, p. 377).

A ressignificação da diferença, como valor positivo, faz com que a escola em terras ou comunidades indígenas se torne um espaço territorial, social e político de “continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver, pensar e produzir significados.” Em decorrência, esse espaço pode “tanto contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, garantindo sustentabilidade, quanto promover a cidadania diferenciada dos estudantes indígenas” (BRASIL, 2013, p. 377).

Convém enfatizar que entre os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Indígena, de caráter mandatório, destacam-se:

- I. orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;
- II. orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;
- III. assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentam os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;

<sup>1</sup> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena; Art. 78-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

IV. assegurar que o modelo de gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;

V. fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

VI. normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada;

VII. orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés, xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

VIII. zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (BRASIL, 2013, p. 376-377).

Tendo em vista os objetivos acima descritos de acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Indígena, como focar a Educação Infantil? O direito à educação é garantido a todas as crianças do território nacional, com o adendo de que com relação à Educação Indígena seja respeitada a

“qualidade sociocultural” e o respeito aos princípios da educação diferenciada, já descritos.

As Diretrizes afirmam que cada comunidade indígena tem o direito de optar ou não pelo ingresso de suas crianças à escola desde cedo, isto é, a partir do contexto e especificidade cultural em que vivem. A decisão de enviar as crianças à Educação Infantil deve ser por consulta livre, prévia e com informes a todos os envolvidos da comunidade indígena a partir dos mais velhos, dos professores, da família, dos gestores escolares e das lideranças comunitárias.

*“A leitura das diferenças possibilita compreender uma literatura que expande o seu grito, dos mais excluídos, e tece a esperança de poder refletir os problemas dos povos indígenas e seus descendentes”.*

Graça Graúna

Todavia, para aqueles que deseja. optar pela Educação Infantil, o projeto pedagógico deverá ser cuidadosamente planejado levando-se em conta o respeito aos conhecimentos e saberes ancestrais, às línguas, às culturas, aos modelos de ensino e aprendizagem. Este cuidado tem por finalidade não afastar as crianças de seus familiares, membros da comunidade, espaço social e língua materna, por exemplo. A autonomia dos povos indígenas com relação à escolha dos modos de educação está de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/2009, por meio dos artigos 8º, § 2º, nas quais as propostas pedagógicas para aqueles que optarem pela Educação Infantil devem:

- a. proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;
- b. reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;



- c. dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;
- d. adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender às demandas de cada povo. (BRASIL, 2013, p. 384).

À criança da Educação Infantil deve ser garantido o acesso aos conhecimentos tradicionais de seus grupos de origem, assim como a de outros grupos ou culturas. Atenção às brincadeiras tradicionais de infâncias, práticas de acesso e partilha de conhecimentos, os quais podem ser considerados como práticas de aprendizagem, contribuindo para seu desenvolvimento emocional, físico e motor (BRASIL, 2013). Os valores éticos e processos formativos devem ser levados em consideração, a exemplo a formação do seu corpo, as relações sociais que contribuem para com seu aprendizado, as etiquetas, as éticas, etc. (BRASIL, 2013).

Paralelamente, o que aprender, como, quando e por meio de que relação social são tão importantes como o compartilhamento de alimentos com parentes, reforçando os laços de parentesco e afetivos, e o ato de brincar com todas as gerações que, de certa forma, implica no aprendizado do lugar e as atribuições sociais de cada um contribuem para o fortalecimento identitário.

E, por último, é importante lembrar que as crianças são parte das comunidades e que há direitos e deveres nas atividades durante o ano letivo, rituais sociais e atividades socioeconômicas que não devem ser confundidas com trabalho infantil. De acordo com as Diretrizes da Educação Indígena, no tocante à Educação Infantil, as seguintes observações são importantes:

- a. as práticas culturais comunitárias devem ser reconhecidas como parte fundamental da educação escolar das crianças e vivenciadas por elas nos seus espaços e tempos apropriados;
- b. deve ser considerada a importância da presença dos sábios e especialistas dos conhecimentos

- tradicionais de cada comunidade, garantindo-lhes a participação nos processos educativos;
- c. a presença das mães e daqueles que são responsáveis pelas crianças de acordo com as práticas comunitárias de cuidado deve ser garantida;
  - d. a educação escolar de crianças indígenas deve fazer uso dos diversos espaços institucionais de convivência e sociabilidade das comunidades, como por exemplo: casa da cultura, casa da língua, centros comunitários, espaços tradicionais de ensino. As atividades pedagógicas desenvolvidas nestes espaços deverão ser reconhecidas pelas instâncias normativas como atividade letiva;
  - e. para a oferta da Educação Infantil nas escolas deve ser garantida a estrutura adequada de acordo com a especificidade e as decisões de cada comunidade;
  - f. a organização das turmas deve respeitar as idades das crianças tal como definidas pelas comunidades escolares, considerando-se, inclusive, a possibilidade de criação de turmas com faixas etárias diferentes, tanto na escola quanto nos outros espaços de aprendizagem da comunidade;
  - g. a idade de entrada da criança na escola deve ser definida pelas comunidades indígenas, após consulta livre, prévia e informada com diagnóstico e avaliação;
  - h. a organização das crianças por gênero deve também ser definida por cada comunidade, tanto na organização da escola, quanto nas atividades e nos aprendizados específicos;
  - i. a língua em que serão desenvolvidas as atividades escolares deverá ser decidida previamente e com ampla participação comunitária, sendo prioritária a alfabetização na língua indígena, quando for o caso;
  - j. o direito à Educação Infantil deve ser garantido independente da quantidade de crianças matriculadas na escola, não devendo restringir-se aos parâmetros quantitativos definidos a priori pelos sistemas de ensino. (BRASIL, 2013, p. 385).

## Avanços

A Lei nº 11.645/08, assim como as Diretrizes Curriculares para a Educação Indígena representam um avanço no sistema de ensino da Educação Básica no país. Na medida que estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, as Diretrizes expandem nossa compreensão sobre como desenvolver institucionalmente a Educação Indígena.

## Desafios

Não obstante esses avanços, na realidade cotidiana, esses marcos legais constituem um processo em si. Levam tempo para as suas implementações totais. É preciso adequações, de acordo com o contexto, nacional ou subnacional, reformulações dos tempos e espaços escolares e práticas pedagógicas indígenas.

## Ações reflexivas e propositivas

A Cidade de São Paulo conta com três CECIs, o que por si só já é um avanço prático do protagonismo indígena em consonância com os poderes constituídos. Talvez, o passo seguinte seja o compartilhamento de experiências locais, nacionais e federal, para avaliarmos o quanto avançamos de fato. Seminários, Conferências são elementos constitutivos da Rede Municipal de Ensino - RME no sentido de compartilhamento de conhecimento e saberes. ■

## Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

# A infância das crianças Guarani

Uma perspectiva  
participativa e inclusiva

Por *Dinarte Guarani*<sup>1</sup>, *Márcio Mirim Vidal Lima*<sup>2</sup>, *Vitor Fernandes Soares Guarani*<sup>3</sup>,  
*Wanessa Aparecida Périco Alexandre*<sup>4</sup>

1. Coordenador Cultural CECI Krukutu
2. Auxiliar Administrativo CECI Tenondé Porã
3. Coordenador Educacional CECI Jaraguá
4. SME/COPED/DIEI- Assistente Técnico de Educação I



**N**a Cidade de São Paulo há 3 CEIIs, que atendem crianças indígenas Guarani Mbya na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, vinculados aos CECIs. O CECI Jaraguá está localizado no bairro do Jaraguá e vinculado à Diretoria Regional de Pirituba/Jaraguá; os CECIs Krukutu e Tenondé Porã estão localizados no bairro de Parelheiros e vinculados à Diretoria Regional da Capela do Socorro.

Durante as idas aos CEIIs foram muitas conversas em que a Divisão de Educação Infantil - DIEI

*“Educação é obrigação das famílias e o CECI complementa esta educação. As famílias confiam no trabalho dos educadores indígenas e têm muito respeito a cada um de nós que estamos cuidando e educando as crianças. Todo mundo aqui cuida das crianças!”*

**Vitor Guarani**  
Coordenador Educacional CECI Jaraguá

experienciou importantes Encontros de Saberes entre as lideranças, educadores indígenas e representantes das ONGs, com a presença de bebês e crianças, a fim de colher depoimentos para a escrita desta revista.

Em um dos encontros, conversando sobre a Proposta Pedagógica dos CECIs, entendemos o lugar de reconhecimento e a importância da criança dentro da cultura indígena. As crianças descobrem o mundo com liberdade, por meio do contato com a natureza, pelos ensinamentos dos mais velhos (Xeramõis) e com a participação de diversos membros da aldeia. “Todos do CECI podem participar de todas as experiências juntamente com as crianças, elas são livres e respeitadas”, relatou Adriano Lima (Coordenador Educacional do CECI Tenondé Porã). As crianças têm liberdade de escolha e ocupam um lugar extremamente relevante na aldeia, elas aprendem e ensinam, brincam bastante e se apropriam de todo território. A educação nos CEIIs se opõe aos planejamentos engessados, com divisões autocráticas de tempos, espaços limitados e oferta de materiais industrializados, desprovidos de interlocução entre ação docente e necessidades e interesses infantis.

O Currículo dos CEIIs, é essencialmente Guarani como forma de assegurar a valorização da tradição e cultura Guarani. São vivências e experiências que reforçam a cultura respeitando o desejo das comunidades. O Referencial Curricular

*“A criança indígena tem liberdade de ser criança integralmente.”*

**Daniel Munduruku**





Foto: Daniel Cunha - FOVE - CM - COPED - SME

Nacional para Escolas Indígenas - RCNEI (2005) é o documento que embasa a proposta e preserva uma cultura milenar na perspectiva de uma metodologia participativa e inclusiva.

As experiências são compartilhadas com as crianças nos CEIIs e são discutidas pelas equipes dos CECIs

*“As crianças acordam quando o sol aparece”.*

**Tupã Oliveira**  
Coordenador Educacional  
do CECI Krukutu

(coordenadores(as) e educadores(as) indígenas e coordenadoras e diretoras juruá<sup>1</sup> dos Órgãos Gestores responsáveis, as ONGs), de forma a garantir princípios e valores específicos da cultura indígena.

Ainda bem cedo, junto com seus familiares, as crianças vão ao CECI para fazerem sua primeira refeição do dia. A alimentação é basicamente juruá, com bolacha, pães, iogurte, leite, macarrão, arroz, feijão, mas também são oferecidos, no mínimo duas vezes na semana, alimentos (receitas específicas da culinária tradicional Guarani) com milho (avaxi), batata-doce (jety), mandioca (manjio ou mandio), amendoim (manduvim) e erva-mate. Quem prepara as refeições são os cozinheiros indígenas contratados pelas respectivas ONGs que gerenciam os CECIs, subordinadas à SME.

Para os Guarani<sup>2</sup>, a Casa de Reza (Opy) é um espaço de compartilhamento de saberes, onde a comunidade aprende valores e, principalmente, dedica-se à espiritualidade. Neste espaço fundamental à aldeia, as crianças participam de forma rotineira, uma vez que elas são consideradas com grande sabedoria e evoluem espiritualmente quando oferecem rezas sagradas à Nhanderu (Deus). O rezar Guarani envolve cantar, tocar instrumentos, como violão, violino, chocalho, tambor, entre outros.

Dançar também é uma forma de reza. Xandaro (dança dos guerreiros) é uma dança masculina, e Tangará (dança dos pássaros), feminina.

*“No almoço e jantar, as crianças do CEII/CECI continuam juntas e alimentam-se com suas mães. A construção do CECI foi muito importante para o controle da desnutrição e mortalidade infantil nas nossas aldeias.”*

**Lísio Lima**  
Coordenador Cultural CECI Jaraguá

1 Juruá: expressão para classificar o não indígena.

2 Não recebem marca de plural os nomes de tribos indígenas, seguindo convenção internacional dos etnólogos.

*“Por vezes, o final do dia no CEII é celebrado com uma brincadeira coletiva entre crianças e adultos. O CECI é o coração e pulmão da aldeia.”*

Patricia Para Mirim  
Coordenadora Cultural CECI Jaraguá

Os CEIIs atendem um planejamento a partir do calendário Guarani. As crianças escolhem o que desejam fazer, de acordo com os seus interesses, e elas também podem desfrutar da companhia dos irmãos mais velhos. Em algumas atividades, as mães estão presentes, juntamente com os bebês. Desta forma, a comunidade em geral pode acompanhar as diferentes atividades do dia.

Brincadeiras tradicionais como arco e flecha, perna de pau, trilha na mata, brincadeira da mandioca, peteca, pião, banho e pescaria na represa (nos CEIIs Tenondé e Krukutu), confecção de artesanato, cestaria artesanal, conhecimentos sobre ervas medi-

cinais, sobre os animais da mata, armadilhas para caça e danças sagradas fazem parte do cotidiano dos CEIIs/CECIs. A destreza com que as crianças bem pequenas realizam atividades manuais (di-

ferentes artesanatos com sementes, por exemplo) e atividades físicas (subir em árvores, nadar, correr) é peculiar e revela a potência desta infância. O CECI é um espaço valioso, inclusive para o resgate das brincadeiras sócio-historicamente produzidas pela cultura indígena, pois é percebido cada vez mais que as crianças querem brincar com brinquedos e brincadeiras dos juruá e, portanto, é um espaço fundamental de resgate e integração de crianças e adultos.

*“Eu não consigo me imaginar não estando no CECI e nem as crianças longe desse espaço. Ele é bom para a comunidade inteira.”*

Ana Lúcia Dos Santos  
Auxiliar de Escola CECI Krukutu

*“É importante brincar com as crianças para não esquecer como é que se brinca”*

Dinarte Guarani  
Coordenador Cultural CECI Krukutu

A Infância Indígena nos proporciona reflexões sobre infâncias, educação integral e gestão participativa, nas quais interações se sustentam no cotidiano. Sabemos que

estes princípios são primordiais e imprescindíveis para o entendimento e materialização do que é ser criança protagonista em espaços democráticos. ■

## Referências

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação diagnóstica dos impactos das ações educativas dos CEII/CECI**. São Paulo: SME/COPEP, 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/41838.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

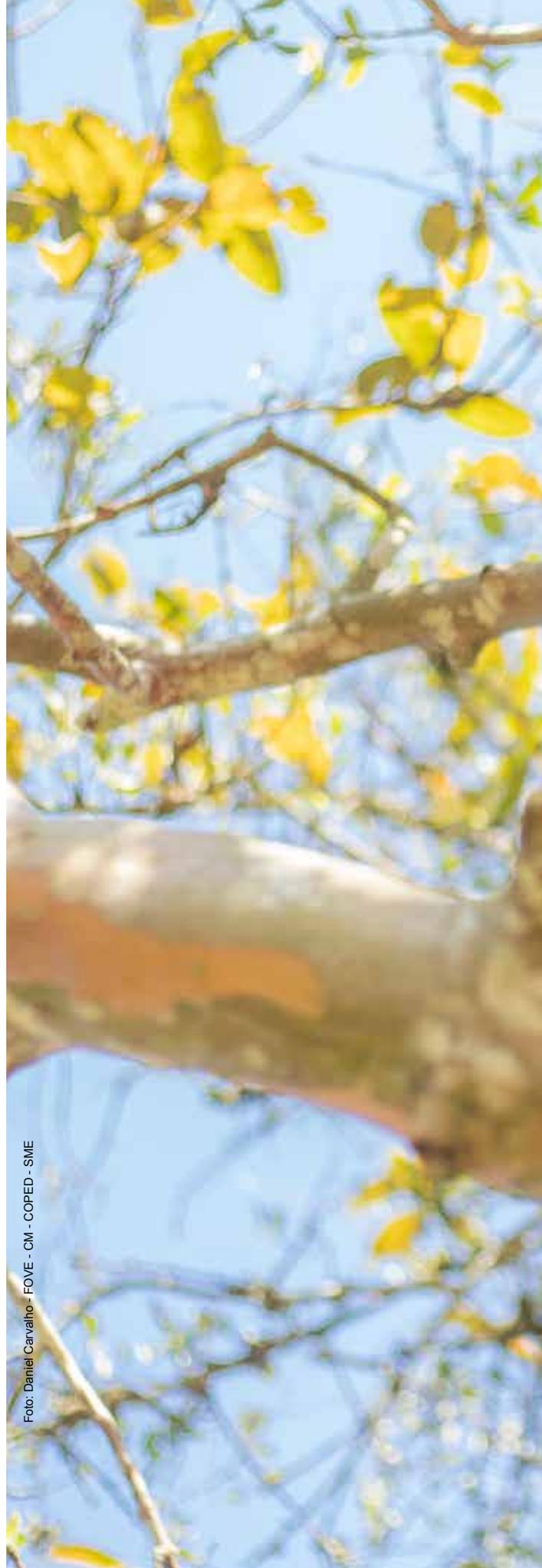


Foto: Daniel Carvalho - FOVE - CM - COPED - SME



# Sonhos e poesias



Por *Márcio Mirim Vidal Lima*<sup>1</sup>

1. Auxiliar Administrativo CECI Tenondé Porã



**M**eu nome é Márcio Mirim Vidal Lima, nasci no dia 13 de abril de 1991, na aldeia Tenonde Porã, Parelheiros, situada no extremo sul da capital de São Paulo. Tenho 28 anos, sou filho da Dona Marcia Poty Vidal e do Sr. Manoel Lima e, além de mim, tem os meus irmãos Maciel Jeguaka Vidal Lima, Maércio Tupã Vidal Lima e Marinho Popygua Vidal Lima.

Até onde eu me lembro... sempre gostei de pintar e, como qualquer criança, comecei a desenhar na escola. Foi florescendo aos poucos, desenhar era um passatempo, hoje é um prazer. Desenhar pra mim é uma conexão com outro mundo, me sinto muito confortável e me dá muita alegria, principalmente quando vejo o resultado final.

Outra coisa que gosto muito é de música. Lembro que, quando criança, eu tinha muita vontade de aprender a tocar violão, mas os meus pais não tinham condições de comprar, só fui aprender algumas notas aos 19 anos, quando finalmente ganhei um da minha mãe de presente de formatura do ensino médio, e até hoje tento tocar e não vou desistir.

Escrever... começou quase no fim do ensino médio, antes disso eu não gostava porque eu tinha muita dificuldade em português (até hoje tenho bastante dificuldade, mas não me importo tanto em errar porque sei que há muitos bons entendedores). É um momento de desabafo, as palavras saem naturalmente, sinto que escrevo para o outro, consigo imaginar outra pessoa lendo quando ainda estou escrevendo e minha vontade é de continuar, pois também me alimento com este prazer.

Difícil falar das coisas que gostamos, já falei de algumas e são tantas... desenhar, jardinagem, capoeira, futebol, e descobri, recentemente, que gosto muito de cozinhar, a satisfação de ver alguém degustando algo preparado por mim é inexplicável.

Sonhos... não sei dizer sobre os meus, não consigo pensar em algo, talvez seja por falta de ambição ou falta de criatividade (não sei). Há dias que me sinto realizado e há dias que me sinto vazio, mas costumo muito viver o presente, se aparecer alguma oportunidade hoje, com certeza irei aproveitar. Muitas vezes, planejamos muito o futuro que acabamos esquecendo o presente. Mas entendo que cada um existem suas

particularidades, tem pessoas que conseguem planejar o futuro e aproveitar o presente também. Para mim, viver em harmonia com as pessoas e a natureza já seria o bastante, talvez o meu sonho seja esse, convivência harmoniosa nesse mundo que nos recebeu.

Em relação ao CECI vou simplificar, pois sei o quanto é importante em vários aspectos, cultural, político, humano e financeiro. Aqui quero ressaltar apenas o aspecto humano, o CECI é um local muito propício para uma boa relação entre todas as partes, seja funcionário ou não. Aqui nos reunimos para discutir e planejar atividades que serão compartilhadas pelos educadores para as crianças, mas isso sem restrição de absolutamente nada, todos participam integralmente, crianças, adolescentes e adultos. No ambiente do CECI, todas as pessoas interagem, conversam e discutem, mas sempre respeitando a opinião do outro. Temos muitas vezes a participação da comunidade nas diferentes tomadas de decisões no que se refere ao trabalho no CECI e isso para o nosso povo é ótimo. União e participação!

A interação entre as pessoas está diminuindo e aumentando a interação com o mundo tecnológico, principalmente entre as crianças, e isto nos torna mais “desligados”. A oportunidade que o CECI permite em relação ao resgate das atividades da nossa cultura nos devolve a nossa própria identidade, e é essa identidade que nos torna mais humano. Todos os dias, a humanidade muda, pouco a pouco vai se transformando, inclusive os povos indígenas. Nós não vivemos em cavernas e estamos nos adaptando às mudanças, mas isso não significa que temos que deixar a nossa identidade de lado, deixar de ser quem somos. No entanto, em pleno século XXI, ainda sofremos muito preconceito, as pessoas acham que não, mas sim isso existe, somos vistos como invasores e essa barreira deve ser quebrada. O CECI é uma das ferramentas usadas para que isso aconteça, o foco sempre foi fortalecer a cultura e temos atividades que nos permitem mostrar para o mundo nossos costumes e maneira de viver. Acreditamos que nosso maior desafio é mostrar que somos de verdade e que vivemos e convivemos de forma respeitosa com todos os povos, seja ele indígena ou não. Não é por acaso que o CECI já está em funcionamento por

15 anos, atendendo as crianças da aldeia e, muitas vezes, a comunidade como um todo. Os trabalhos feitos são sempre focados no bem-estar das crianças e das suas famílias. Sempre fortalecendo nossa cultura e tradição e a importância de ser quem somos, GUARANI, e não fingir e sofrer por não se aceitar. Ser indígena não é ser diferente, é ser você mesmo.

Eu espero muito que as crianças possam se tornar pessoas melhores futuramente e levar para a vida e para os outros algo muito bom que aprendeu aqui

*“ Os trabalhos feitos são sempre focados no bem-estar das crianças e das suas famílias.”*

na sua própria aldeia. Que possam valorizar o lado humano e que aprendam a viver harmoniosamente com tudo e todos ao seu redor.

Um pouco de poesia autoral para vocês, uma das minhas paixões e espero que apreciem...

Ha'evete (Obrigado) ■

## Escritos por Márcio Mirim Vidal

### *Uma parte de mim que nunca será minha*

A noite se tornou o meu pior inimigo. De dia consigo, de alguma forma, esconder a minha dor mas de noite a dor me derruba. Todas as noites vejo passar um filme da minha vida inteira... Como se a cada anoitecer eu fosse morrer. A dor da qual me refiro surgiu quando você foi embora da minha vida, há oito meses atrás. A cada manhã tento encontrar algo que me faça te esquecer... O máximo que consigo são apenas distrações de alguns segundos. Simplesmente TUDO ao meu redor me traz lembranças dos seus carinhos... À noite, a saudade só faz o meu amor por você crescer. Sinto um vazio no peito, quando você sumiu tive uma sensação de que o meu coração também tinha sumido, a cada anoitecer me pergunto se já morri e a cada amanhecer me pergunto... Será que hoje vou te ver? Me sinto enterrado na solidão... A saudade e o amor que sinto por você me dão certeza de que só você pode me desenterrar. Me sinto morto, mas ao mesmo tempo tenho medo de morrer. Espero que isso não seja começo de uma paranoia! Será que estou ficando louco? Mas enfim... Se isso for um começo de algum distúrbio psicológico... Não tenho nada a perder! Tudo o que eu tinha sumiram junto com você. Só peço a Deus que me poupe dos castigos... Errei, errei, errei... Durante a minha existência... Não fazer parte da vida da pessoa que você mais ama neste mundo... É o pior castigo que uma pessoa pode receber!

### *Certo engano*

Mais uma vez me deixei entregar.  
É difícil, doloroso ter que carregar...  
A dor de não ser correspondido.  
Por causa de um engano... Ter que viver escondido  
Anos e anos sem saber o que era rir!!!  
Seu amor temporário me fez insistir...  
Tentar ser feliz, reagir...  
Mas você descobre o seu engano e me deixa ir.  
Você é a prova de que não mereço nem um falso amor.  
Talvez a minha companheira para vida inteira seja a dor.  
Não sou perfeito, tenho meus defeitos  
Provavelmente mais defeitos do que qualidade  
Mas eu não te amei por vaidade  
Apesar dos danos...  
Prometo te amar durante anos...  
Me atrevo a dizer que ainda te amo,  
Toda noite sob a luz da lua eu te chamo  
Mesmo que eu seja,  
O que você menos deseja,  
Quero que você veja  
Todo o meu amor por você, querida!!!  
Na lua cheia refletida!!

### *As estrelas, o seu caminho*

O céu está lindo...  
Imagino você rindo!!  
No céu, entre os astros  
Deixo a você, alguns rastros  
Procure, para você encontrar entre as constelações  
Todos os meus sentimentos de carinhos e emoções  
Também tracei um caminho até a lua...  
Voe e traga a linda lua...  
Que Deus fez pra ser sua  
Traga-a aqui  
Junto a mim a cidade  
E divida a felicidade...  
Por favor...  
Comigo meu amor!!!

### *Um título de livro provisório*

À noite me encontro em minha cama, depois de um dia monótono, um dia sem sentido, um dia vazio. À noite encontro o meu corpo na cama, mas a minha imaginação se encontra em outro lugar, distante de tudo. Imagino-me em um mundo totalmente diferente, viajo para longe, viajo voando mesmo sem ter asas, sinto o meu corpo levitando, vejo o mundo do alto e quase ninguém percebe, me mostro somente para alguns, simplesmente pra deixar testemunhas do meu voo sem asas. Do alto consigo ver as florestas aparentemente impenetráveis por homens, vejo rios cristalinos com diversos seres aquáticos em abundância, ao longe vejo um deserto com o sol e as nuvens ao fundo. Tudo maravilhoso e assustador, porque sei que tudo aquilo é temporário, sei que depois vou ter que voltar ao meu mundo real. É sempre assim no final. No final o meu corpo pesa acima do normal, meu corpo desce, eu não consigo me segurar em nada, as nuvens que antes me forneciam um travesseiro confortável ao meu cansaço agora são intangíveis, eu nem consigo me segurar a elas. Enfrento uma luta injusta com a gravidade, ao desistir fecho os meus olhos e me entrego à queda. Ao sentir o meu corpo estacionando em minha cama, de imediato abro novamente os meus olhos e vejo a luz do sol em minha janela. Só peço para o dia trazer a noite novamente.

# CECI: espaço de resistência de uma cultura

Por *Elayne Fernandes Pinheiro<sup>1</sup> e Mayra Regina Vidal<sup>2</sup>*

1. SME/COCEU - Diretora de Cultura - DIAC
2. SME/CME - Assistente Técnico de Educação I



Os CECIs foram instituídos pelo Decreto Municipal n° 44.389, de 18 de fevereiro de 2004, em que está apontada a criação de 3(três) CECIs na Cidade de São Paulo: CECI Jaraguá, na Diretoria Regional de Pirituba/Jaraguá - DRE PJ; CECI Krukutu e Tenondé Porã, na Diretoria Regional da Capela do Socorro - DRE CS, com o objetivo de garantir o direito constitucional dos povos indígenas a uma educação escolar específica, que contribua para o fortalecimento da cultura Guarani Mbya, bem como a promoção de ações educacionais que não se pautem na imposição de um currículo predominante nas escolas não indígenas.

Os CECIs, desde sua criação, tendem a ser um espaço dialógico, em que o povo indígena, a partir de suas lideranças, e a SME desenvolvam conjuntamente todas as ações ali planejadas e realizadas. Essa concepção é colocada em prática desde a idealização do projeto arquitetônico à elaboração do Projeto Político-Pedagógico - PPP.

Os CECIs têm por característica principal serem territórios abertos para membros de diversas idades da comunidade, onde são oferecidos serviços de infraestrutura por meio da política pública desenvolvida pela SME, para que a cultura Guarani Mbya seja preservada, fortalecida e apoiada.

Ali são desenvolvidas aprendizagens de trabalhos envolvendo o plantio, a pesca, a culinária, a construção de casas, os artesanatos, as danças, as brincadeiras, o manejo da mata, o estímulo ao uso da língua Guarani, as histórias orais e as narrativas míticas no propósito de preservação dos mitos, que são de suma importância para a cultura indígena Guarani Mbya.

Todas as atividades citadas estão divididas em eixos, contemplados no PPP e desenvolvidos durante o ano: 1) artesanato e cultura material; 2) música, dança, brincadeiras e jogos infantis; 3) cozinha e culinária; 4) narrativas míticas, histórias e vida religiosa. Faz-se necessário apontar que a culinária indígena não faz parte do cardápio diário dos CECIs e que, a partir de uma dieta equilibrada, elaborada pelas nutricionistas da Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE da SME, indica-se uma diminuição da taxa de mortalidade infantil nas comunidades indígenas da Cidade de São Paulo, garantindo assim um dos direitos fundamentais de qualquer cidadão que é a alimentação.

Vale ressaltar também que, para o povo Guarani Mbya, o ano se inicia em agosto, portanto, no calendário dos CECIs, o ano letivo tem o mesmo mês de início, para que as atividades desenvolvidas possam ter consonância com a natureza e as ações desenvolvidas na Opy (Casa de Reza), local onde



acontece o batismo da erva-mate e de outros cultivos, além da dança do xondaro, que curiosamente lembra aspectos das artes marciais com ênfase na atitude de desviar-se, evitando contrapor ao opoente. Destacando, assim, a importância da Casa de Reza para as crianças e seus familiares na preservação de uma identidade.

O calendário anual para os CECIs é dividido em duas partes: o ara pyau (tempo novo), que corresponde à estação de temperaturas mais elevadas, quando o contato com a natureza é mais intenso; o ara yma (tempo velho) corresponde à estação de temperatura mais baixa, quando permanecem mais tempo recolhidos em suas casas. O calendário também considera as quatro fases da lua: jaxy pyau (lua nova) é a fase da pesca; jaxy endy mbyte (lua crescente) é quando preparam as armadilhas; jaxy oua guaxu (lua cheia) é a fase da sementeira; e jaxy nha pytũ (lua minguante) é a fase da limpeza e da colheita das roças.

O contato das crianças Guarani com saberes sagrados ensinados pelos mais velhos, preservados e respeitados no calendário e no PPP dos CEIIs, faz com que essas crianças tornem-se um investimento de resistência e preservação da identidade cultural, dando maior importância às tradições dos Guarani Mbya e à integração das culturas entre os CECIs.

Crianças essas que também devem ter contato com a cultura não Guarani, pois o intuito não é de isolá-las do mundo não indígena, e sim fazê-las ter orgulho de suas raízes e preservá-las como sua identidade.

Possuímos grandes avanços na preservação e divulgação da cultura Guarani Mbya desde a criação dos CECIs, no início dos anos 2000 (dois mil), com muitas ações, como a integração dos alunos dos CEIIs com seus familiares e as pessoas mais velhas de cada aldeia, a relação da Casa de Reza e os CECIs, o fornecimento de alimentação não

Guarani e comidas tradicionalmente Guarani, a melhoria da saúde da população indígena das aldeias Jaraguá, Krukutu e Tenondé Porã, o uso do portal da SME como veículo de informação da cultura Guarani Mbya e também a geração de emprego

e renda para os funcionários dos CECIs que são das próprias aldeias Guarani Mbya. Sabemos que é um belo percurso, mas temos consciência que há muito a melhorar.

Dito isso, a Divisão de Articulação Pedagógica - DIAP, da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral - COCEU, possui como alguns dos seus objetivos:

- Propiciar a formação do desenvolvimento humano, integral e cidadã;
- Desenvolver as aprendizagens multidimensionais para bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, nas Unidades Educacionais, CEUs, CECIs e comunidades da Cidade de São Paulo;
- Democratizar o acesso aos equipamentos educacionais, culturais, esportivos e de lazer de maneira inclusiva, garantindo, assim, a equidade, possibilitando a expansão de diferentes conhecimentos e vivências;
- Oferecer vivências e experiências multiculturais para favorecer a liberdade de expressão, a reflexão sobre os valores universais e o diálogo em condições de intergeracionalidade e de igualdade;
- Valorizar a cultura local e a fruição desta com a cultura universal.

Todas as ações estão pautadas no Currículo da Cidade de São Paulo, em especial, na Matriz de Saberes: Repertório Cultural, que é o de “desenvolver repertório cultural e senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas identidades e manifestações artísticas e culturais, brincar e participar de práticas diversificadas de produção sociocultural” (SÃO PAULO, 2017, p. 33).

*"O contato das crianças Guarani com saberes sagrados ensinados pelos mais velhos, preservados e respeitados no calendário e no PPP dos CEIIs, faz com que essas crianças tornem-se um investimento de resistência e preservação da identidade cultural"*



## Nhamandu oua re

Nhamandu oua re nhama'ê reve  
nhamonhendu'i mborai'i  
Mborai'i  
Jajerojy'i, jajerojy'i,  
Tupã retã re nhama'ê ma ramo overa-vera  
Joguerovy'a  
Joguerovy'a

## Nhamandu surge do céu

Nhamandu surge do céu  
Nós olhamos em sua direção  
Entoamos cânticos sagrados  
Reverenciamos, reverenciamos  
Olhamos para a morada de  
Tupã Clarão de luzes  
Eles se alegram  
Eles se alegram

Por conseguinte, possuímos como nossas frentes o Recreio nas Férias e a Extensão de Jornada, que têm como intuito ampliar e diversificar as possibilidades de acesso ao repertório cultural, ao brincar e à convivência sociocultural.

O Recreio nas Férias é um programa que oferece atividades recreativas, esportivas e culturais às crianças de 4 a 14 anos, no período de férias e recesso escolar, acontece em todos os CEUs e em outras instituições, com aproximadamente 56 polos na Cidade de São Paulo. Salienta-se que os CECIs Jaraguá, Krukutu e Tenondé Porã sempre foram polos, com oficinas, brincadeiras e passeios que possibilitam a diversão por meio da cultura Guarani e Juruá. Crianças e adolescentes Guarani Mbya aproveitam para brincar em brinquedos infláveis, visitar museus, ir à piscina de algum CEU vizinho, conhecer espaços do SESC e muito mais.

Já a Extensão de Jornada oferta oficinas com atividades culturais, recreativas e de lazer que visam à ampliação da jornada dos estudantes. Crianças e jovens que frequentam os CECIs têm a oportunidade de ampliar o conhecimento da cultura Guarani e Juruá realizando oficinas de artesanato Guarani, ao longo do ano, ou mesmo de capoeira e circo - que as crianças amam!

Há, obviamente, muitos desafios ao desenvolver ações do gênero nos CECIs, porém o retorno

proporcionado com a possibilidade de oferecer vivências e experiências multiculturais para crianças e jovens da Cidade de São Paulo, em especial dos povos originários do nosso território, constitui e fortalece uma relação de respeito intercultural, amplia a possibilidade de múltiplas descobertas, colabora com as aprendizagens e na constituição de grupo sociocultural. ■

## Referências

- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GOMES, Maria Helena Scalabrini C.; GODOY, Marília Gomes Ghizzi. Representações míticas e produção de conhecimentos: a criança (Kyringue) Guarani Mbya e os CECIs. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 41-62, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/7106/5442>. Acesso em: 5 maio 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação diagnóstica dos impactos das ações educativas dos CEII/CECI**. São Paulo: SME/COPED, 2017. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/41838.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.
- SÃO PAULO (Município). Decreto n° 44.389, de 18 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre a criação de Centros de Educação e Cultura Indígena. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, ano 49, n. 34, p.1, 19 de fevereiro de 2004.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Orientações didáticas do currículo da cidade**: Arte. São Paulo: SME/COPED, 2017.

Relato de Prática

# O trabalho com os povos indígenas brasileiros

EMEI Carolina Maria de Jesus  
e a parceria com o CECI Jaraguá

Por *Equipe da EMEI Carolina Maria de Jesus*



**H**á alguns anos, o trabalho com diversidade tem sido foco de leituras e práticas com as crianças na EMEI Carolina Maria de Jesus. Estudos e ações desenvolvidas, a partir de 2012, no Projeto Especial de Ação - PEA e nos outros momentos coletivos buscaram aprofundar os conceitos voltados ao respeito, à diversidade cultural e à igualdade. Tais reflexões permitiram ao grupo de professoras experimentar novas ações e rever suas práticas pedagógicas com olhares específicos para as relações étnico-raciais, trabalhando com as culturas indígenas e com as matrizes africanas, diversidade e igualdade racial na Educação Infantil.

Nossa escola tem experimentado muitas ações que visam romper com os estereótipos em relação aos povos indígenas, que promovam a sua valorização, ações que tragam ao acesso de todas e todos este acervo cultural que faz parte da constituição da população brasileira, para assim contribuir com a desconstrução de conceitos e atitudes da cultura de massa, discriminatória e preconceituosa.

O Projeto Político-Pedagógico - PPP de nossa EMEI está consolidado numa metodologia de trabalho experimentada desde 2014, em que cada turma é convidada a aprofundar seus estudos por meio de um olhar investigativo e reflexivo sobre a diversidade e a riqueza dos diferentes povos indígenas do Brasil. As professoras participam da formação do setor educativo do MAE - USP (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo) e utilizam o Kit de Objetos Indígenas Infantis (objetos, painéis e vídeos de povos indígenas brasileiros diversos) para repertoriar as crianças sobre os diferentes povos indígenas. Nesse momento, também utilizamos a literatura nativa, as brincadeiras e outros objetos indígenas. A partir daí, as turmas e o trio de professoras que ocupam a mesma sala elegem o povo a ser estudado<sup>1</sup>, tendo autonomia neste percurso de pesquisa que será construído coletivamente. Ao final do semestre, as turmas compartilham as descobertas a partir da exposição pelos espaços da escola.

1

Povos estudados pelas turmas da EMEI Carolina Maria de Jesus					
Sala	2014	2015	2016	2017	2018
01	Pataxó	Pankararu	Guarani M'bya	Ticuna	Ashaninka
02	Kayapó Xikrim	Guarani M'bya	Huni Kuin	Xavante	Munduruku
03	Guarani M'bya	Munduruku	Tupinambá	Boé	Guarani
04	Munduruku	Kariri Xocó	Kalapalo	Pataxó	Wassú Cocal
05	Kalapalo	Karajá	Kaingang	Guajajara	Xavante

Para respaldar os estudos das turmas, durante todo o segundo semestre são realizadas ações coletivas para evidenciar ainda mais as culturas indígenas. Recebemos representantes de diferentes povos para conversa com as crianças e formação das professoras nos horários de estudos. Para uma dessas conversas, contamos com a presença do escritor Olívio

Jekupé (Guarani Mbya) que veio falar sobre a importância da literatura feita pelos indígenas, formação essencial para o nosso trabalho. Portanto, temos o cuidado de escolher a literatura de autoria indígena para as rodas de histórias ofertadas diariamente para as crianças e em alguns títulos que compõem as sessões simultâneas de Leitura. ■



*EMEI Carolina  
Maria de Jesus*





---

*Trilha do Silêncio no  
Parque Estadual do Jaraguá*

Para além da literatura, implementamos outras ações na rotina das crianças que contemplam as culturas indígenas, como o Quintal da Carolina, com a confecção e exploração de maracas; as sessões simultâneas de Jogos, com o Jogo da Onça e o Jogo do Milho; e as sessões simultâneas de Artes inspiradas em grafismos, artesanatos e músicas de diferentes povos indígenas.

Sobre o trabalho com a diversidade dos povos indígenas em nossa escola, vale destacar a parceria com o CECI Jaraguá em duas ações importantes junto às crianças e famílias: a participação em nossa festa de aniversário e a nossa ida ao Parque Estadual do Jaraguá.

Todos os meses, realizamos uma festa para comemorar os aniversariantes. Em uma dessas festas, convidamos as crianças e os educadores do CECI Jaraguá para participar conosco, oportunizando um momento de interação entre as crianças de maneira espontânea. No final da festa, eles sempre nos presenteariam com uma conversa e uma belíssima apresentação musical. É sempre uma honra compartilhar deste dia com eles!

Em meados do mês de novembro, vamos com as crianças e famílias até o Parque Estadual do Jaraguá. Para este dia, combinamos com o CECI Jaraguá de realizar um encontro para caminharmos juntos na Trilha do Silêncio. Após a caminhada, eles compartilham conosco algumas de suas brincadeiras tradicionais e nós partilhamos algumas brincadeiras aprendidas na escola em um dos espaços do parque. Finalizando este dia, todas e todos que lá estão exploram o parque livremente, brincam juntos e desfrutam de um lanche coletivo.

Estes momentos de interação entre as crianças do CECI e da EMEI são muito preciosos, pois além de as crianças conhecerem um pouco mais sobre a cultura Guarani Mbya, a convivência com eles, o brincar e lanchar juntos possibilitam a desconstrução do senso comum sobre estes povos, materializando a presença indígena na cidade e nos dias atuais.

Sendo assim, o nosso envolvimento com a educação para as relações étnico-raciais permitiu a compreensão e a identificação do impacto deste trabalho na formação integral das crianças, o que pode ser observado em seus discursos, posturas e produções, além do estreitamento dos laços da escola com as famílias. ■

# Plano de Ação



**Ações de acompanhamento das  
Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá**



Foto: Daniel Carvalho - FOVE - CM - COPED - SME

# Diretorias Regionais de Educação para o funcionamento dos CEIs/CECIs

Por *Jupiara Vieira*<sup>1</sup>

1. Serviços Técnicos Educacionais na DRE Pirituba/Jaraguá

## Apresentação

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica afirmam, no artigo 7º, entre outras coisas, que “a organização das escolas indígenas e das atividades consideradas letivas podem assumir variadas formas com base na idade, competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.”

Afirmam, ainda, no seu artigo 8º, que “a Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade socio-cultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.”

“Para os Guarani, a educação é pautada pela transmissão e circulação de conhecimentos das pessoas mais velhas para as demais gerações dessas comunidades.” Para estes povos, há uma visão de territorialidade, cujo espaço não se restringe a uma aldeia nem a um complexo regional, mas abrange o universo territorial historicamente ocupado por seu povo. Desta forma, os Guarani Mbya mantêm entre si uma extensa rede de parentesco estabelecida por casamentos e alianças políticas, bem como relações de reciprocidade nas práticas produtivas e nas atividades religiosas e sociais; essa mobilidade constante entre diferentes aldeias Guarani, por muitas vezes, leva-os às aldeias situadas no litoral Paulista e nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro etc.

*“A trajetória dos povos livres e nas cidades são exemplos de resistência e de disposição na construção de Outros 500. Mais do que uma prova viva do fracasso do projeto colonizador, eles mostram que é possível e é imprescindível lutar para a evolução de uma sociedade que respeite, celebre e compartilhe as diferenças.” (CIMI)*

O trabalho com os povos indígenas na SME tem como foco as crianças Guarani de zero a cinco anos e onze meses. Os saberes e as práticas Guarani são entendidos como um tesouro a ser transmitido às novas gerações e, ao mesmo tempo, direito destas crianças e sua comunidade garantido pela Constituição Brasileira.

## Justificativa

O direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas é assegurado pela Constituição Federal de 1988; pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004; pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas - ONU; pela Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), bem como por outros documentos nacionais e internacionais que visam assegurar o direito à educação como um direito humano e social; além de outras Diretrizes e Resoluções do Ministério da Educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, garantem que a Educação Escolar Indígena seja fundamentada pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade. As mesmas Diretrizes, no artigo 6º, rezam que os sistemas de ensino devem assegurar às escolas indígenas estrutura adequada às necessidades dos estudantes e das especificidades pedagógicas diferenciadas que garantam a oferta de uma educação de qualidade sociocultural.

Na Cidade de São Paulo, o projeto do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI), iniciado em 2004, surgiu a partir da necessidade de se fazer frente à influência crescente da cultura não indíge-



*“Para os Guarani, a educação é pautada pela transmissão e circulação de conhecimentos das pessoas mais velhas para as demais gerações dessas comunidades.”*

na, nas aldeias Guarani existentes na cidade, pois o centro urbano chegou muito próximo destas aldeias. A instalação dos CECIs nas aldeias Tekoa Pyau (Jaraguá), Krukutu e Tenondé Porã (Parelheiros) desencadearam uma série de ações, entre elas a criação do Centro de Educação Infantil Indígena (CEII), no sentido de contribuir para a garantia de defesa dos direitos para a melhoria do atendimento à criança Guarani Mbya de zero a cinco anos e onze meses e a valorização e fortalecimento do modo de vida desta população, bem como garantir participação dos demais membros da aldeia nas atividades culturais, esportivas e de formação por intermédio do CECI.

## Objetivo Geral

Nossa função é garantir a ação supervisora no CEII/CECI com o intuito de acompanhar e fiscalizar técnica, administrativa e financeiramente os serviços conveniados, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e o Plano de Trabalho do CECI.

## Objetivos Específicos

De modo a desenvolver o papel de articulador entre a instituição conveniada, as Diretorias Regionais de Educação - DREs e a SME na adoção de procedimentos pedagógicos e administrativos: orientar, acompanhar e avaliar:

- Relatórios mensais das atividades pedagógicas desenvolvidas;
- Ficha individual de matrícula;
- Livro de presença diária com a relação nominal dos alunos, registro do controle de frequência e das atividades desenvolvidas;
- Instrumentais de registro de cadastro, inclusive no sistema EOL;
- Planejamento mensal de atividades pedagógicas a serem desenvolvidas no CEII/CECI, em conjunto com a comunidade indígena e a instituição conveniada;
- Verbas de Adiantamento Bancário, PTRF, PDDE;
- Verbas relacionadas ao Conselho Escolar Indígena e de acordo com PPP;
- Relatórios de controle do Programa de Alimentação Escolar, de acordo com a sistemática instituída pelo Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE da SME;
- Trabalho das Empresas Terceirizadas que atuam no CECI/CEII Jaraguá;
- Relatório mensal sob aprovação das DREs em relação à qualidade dos serviços prestados pelas Empresas Terceirizadas, visando assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no Termo de Contrato e Convênio para subsidiar a consequente liberação de pagamentos posteriores;
- Funcionamento do CECI/CEII e respectivo Conselho Indígena do CECI/CEII, construindo cronograma de encontros regulares, buscando, em parceria com a comunidade educativa, as formas mais adequadas de aprimoramento do trabalho pedagógico e administrativo.

Nas formações com as equipes dos CECIs, as Coordenadoras Pedagógicas são sempre chamadas para que possam trazer contribuições do seu fazer em parceria com os educadores indígenas e a própria proposta educacional, de modo que estes

educadores possam ampliar o repertório cultural de suas Unidades na busca de quebrar paradigmas e estereótipos.

As Diretorias Regionais de Educação procuram desenvolver um trabalho colaborativo nos CECIs KRUKUTU, TENONDE PORÃ e JARAGUÁ, de forma a identificar demandas, propor alternativas e articular o planejamento e a implementação da política educacional, apoiando a autonomia das unidades no que diz respeito ao planejamento, à coordenação,

à implementação e à avaliação das propostas educacionais. É um trabalho colaborativo que busca preservar, fortalecer e resgatar a autoestima das crianças e da comunidade indígena atendida, propiciando o diálogo intercultural, com a oferta de elementos que auxiliem na busca de conteúdos e de metodologias que proporcionam uma melhor qualificação educativa, embasando-se principalmente nos pressupostos e documentos oferecidos pela SME, que valorizam a cultura indígena. ■



# O Guarani nas ondas do rádio

A educomunicação  
presente há 15 anos  
nas atividades  
radiofônicas dos  
Centros de Educação e  
Cultura Indígena, os CECIs

Por *Carmen Lúcia Melges Elias Gattás<sup>1</sup>* e *Carlos Alberto Mendes de Lima<sup>2</sup>*

1. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Formadora do Núcleo de Educomunicação nos CECIs

2. Professor da RME, Educomunicador, Coordenador do Núcleo de Educomunicação e idealizador do Imprensa Jovem.



**E**m 2001, quando as lideranças indígenas Guarani da Cidade de São Paulo se articularam com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo - SME-SP, com o desejo de construir um centro de educação e cultura-diferenciado, essencialmente indígena, deram início ao planejamento de criação dos Centro de Educação e Cultura Indígena – CECIs, cujo projeto arquitetônico assim como a proposta pedagógica foram construídos em uma parceria entre técnicos da SME e as lideranças indígenas de cada aldeia Guarani.

A internet bem como outras formas de comunicação já faziam parte da vida do Guarani, mas seria preciso qualificar estas comunicações para garantir a equidade e fortalecer o protagonismo desses povos.

O projeto *Educom.rádio*, desenvolvido com povo Guarani-Kaiowá de Amambaí, no Mato Grosso do Sul, passou a capacitar estes indígenas para a implantação de rádios comunitárias. A experiência foi um sucesso e resultou na produção de um programa em *yopará* (mistura dos idiomas Português e Guarani). Na região Nordeste, em Pernambuco, alguns povos como os Xukuru do Ororubá e os Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia – conseguiram equipamentos próprios para a produção de material radiofônico. Isso transformou a cultura das aldeias, que, entre outros avanços, passou a dar voz às mulheres.

## Indígenas em luta pelo direito à comunicação

O documento Relatório da Oficina de Áudio para os Povos Indígenas, que foi produzido de 3 a 6 de junho de 2007, na aldeia Caramuru dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, aponta para insatisfações quanto à regulação e funcionamento da radiodifusão comunitária e sinaliza a necessidade de uma legislação específica para seus povos, que permita a abrangência física maior que o raio de 1 km e possa garantir a

diversidade de suas culturas e suas estruturas internas de organização social. Nesse período, os povos indígenas colocaram-se ao lado de diversos setores dos movimentos sociais na luta conjunta pelo fortalecimento das rádios comunitárias.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou, em 8 de abril de 2009, a possibilidade de comunidades rurais, indígenas e quilombolas, reconhecidas pelo poder público, administrarem rádios comunitárias por meio do Projeto de Lei nº 2.490/07, que, originalmente, garantia esse direito apenas às comunidades indígenas.

## CECIs e a Educomunicação

O CECI Jaraguá teve a sua primeira formação de rádio em 2009, quando foi contemplado pelo **Projeto Machuca**<sup>1</sup>. Suas primeiras produções eram audiovisuais, os indígenas filmavam as entrevistas e depois salvavam no computador para transmitir apenas o áudio da gravação. Por meio do rádio, conseguiram criar uma rede de educomunicação envolvendo culturas e classes sociais diferentes, favorecendo a integração, a valorização das relações humanas e a cultura da paz. As escolas participantes do **Projeto Machuca** foram: o CECI Jaraguá, o CEU Parque São Carlos e o Colégio Passionista São Paulo da Cruz. Nesse período, o programa era chamado **Rádio TV CECI** e ainda podemos encontrá-lo no YouTube (<https://youtu.be/47qaCUcYKpQ>).

Em 2012, os educadores dos CECIs passaram a trabalhar a educomunicação por meio do programa **Nas Ondas do Rádio**. Eles se reuniam na SME para os encontros de formação. As gravações passaram a ser salvas no Goear, porém o site saiu do ar e tornou-se ambiente pago, impossibilitando-os de resgatar suas produções.

1. O Projeto Machuca foi uma “experiência de educomunicação desenvolvida por três escolas da Cidade de São Paulo com realidades socioculturais significativamente diferentes: uma escola pública da periferia, um colégio católico particular e uma escola indígena guarani. Essas comunidades interagiram por meio de diversas mídias na criação de diálogos e debates, e realizaram encontros com enfoque na discussão da Ecologia e Cultura da Paz”. Ver em: [http://bdt.ibict.br/vufind/Record/USP\\_dffdbbfcdb85c6c04042118923c1a876](http://bdt.ibict.br/vufind/Record/USP_dffdbbfcdb85c6c04042118923c1a876). Acesso em: 4 dez. 2019.



O gestor do programa Nas Ondas do Rádio, Carlos Lima, instalou equipamentos de rádio nos três CECIs Jaraguá, Tenondé Porã e Krukutu, que também possuem sala de informática com acesso à internet. Os educadores aprendem a linguagem do rádio, fazendo *spots* e *podcast* na língua guarani e usando as caixas de som para tocar músicas indígenas. Hoje existem equipamentos disponíveis nos três CECIs, que são utilizados para a prática radiofônica, para fotografar e filmar a cultura guarani.

A Rádio Kiringuê foi criada nesse período com o objetivo de fortalecer a educação escolar, apoiar a valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica, e mudou o nome para Educom.

Nos CECIs, todos são motivados a participar de eventos fora das aldeias, em que uma das mídias utilizada seja o rádio, como exemplo, na Bienal do Livro

em 2016, onde os indígenas dos CECIs participaram fazendo entrevistas com os escritores, e o áudio foi divulgado no site da SME em forma de *podcast*.

O cotidiano dos próprios CECIs gera temas para essas produções radiofônicas: diariamente, as crianças com até 5 anos e 11 meses de idade participam de atividades ligadas à própria cultura indígena guarani, seja brincando com arco e flecha, escutando histórias contadas pelos mais velhos e pelos pais dos alunos quando fazem artesanato ou participam de rituais na Casa de Reza - a Opy. Os diversos eventos produzidos também servem para mobilizar tanto os indígenas quanto os não indígenas em torno dessa cultura e são difundidos por meio da rádio.

A rádio Educom visa facilitar a comunicação entre todos os indígenas de São Paulo, assim como em outros territórios. É um meio imprescindível para a resistência e valorização da cultura Guarani. ■

# Aconteceu na Rede

15 anos de CECI



*CECI Krukutu (2019)*

Foto: Daniel Carvalho - FOVE - CM - COPED - SME



*IV Seminário Agosto Indígena (2019)*

Foto: Roberto Terisi - FOVE - CM - COPED - SME



*10 anos - CECI Jaraguá (2014)*

Foto: Adriana Caminitti - FOVE - CM - COPED - SME



*CECI Tenondé Porã (2015)*

Foto: Adriana Caminitti - FOVE - CM - COPED - SME



*CECI Krukutu (2018)*

Foto: Daniel Cunha - FOVE - CM - COPED - SME



*III Seminário Agosto Indígena (2017)*

Foto: Daniel Cunha - FOVE - CM - COPED - SME

Foto: Adriana Caminifiti - FOVE - CM - COPED - SME



EMEI Amorim Lima (2015)

Foto: Roberto Tersi - FOVE - CM - COPED - SME



IV Seminário Agosto Indígena (2019)

Foto: Daniel Cunha - FOVE - CM - COPED - SME



CECI Jaraguá (2017)

Arquivo Memorial da Educação Municipal - CM - COPED - SME



Inauguração CECI (2004)

Foto: Daniel Cunha - FOVE - CM - COPED - SME



III Seminário Agosto Indígena (2017)

Arquivo Memorial da Educação Municipal - CM - COPED - SME



Inauguração CECI (2004)



**CIDADE DE**  
**SÃO PAULO**  
**EDUCAÇÃO**